



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

### COMISSÃO DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

**REQUERIMENTO N°\_\_\_\_\_ DE 2017**  
(Da Sra. Erika Kokay)

Requer a realização de Audiência Pública nesta Comissão com vistas a discutir a situação e contratação de tradutor e intérprete de LIBRAS nas instituições federais de ensino.

Senhor Presidente,

Com fundamento no disposto no art. 255 do Regimento Interno, requeremos a realização de Audiência Pública nesta Comissão dos Direitos das Pessoas com Deficiência, com vistas a discutir a situação e contratação de tradutor e intérprete de LIBRAS nas Instituições Federais de Ensino. Para tanto, encaminharemos a relação de debatedores (as) posteriormente.

#### **JUSTIFICATIVA**

Existem, atualmente, dois níveis de enquadramento funcional no Plano de Carreiras dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação (PCCTAE), no âmbito das Instituições Federais de Ensino. O fato de existir tradutores e intérpretes de LIBRAS atuando nos dois níveis de classificação (médio e superior) do quadro efetivo de servidores federais gera a necessidade de uma ampla discussão sobre as mesmas tarefas exercidas, bem como os espaços de atuação desses profissionais.

Diante disto, o I Fórum dos Tradutores e Intérpretes de Língua de Sinais das Instituições Federais de Ensino recomendou que o cargo de nível de classificação D, “Tradutor e Intérprete de Linguagem de Sinais”, seja extinto, sendo mantido somente o cargo de nível de classificação E, “Tradutor e Intérprete”, levando em conta que essa modalidade atende todas as demandas das Instituições Federais de Ensino.

Esse novo quadro de formação destaca a importância da qualificação do tradutor e intérprete de Libras/Português e a urgência de programas de formação continuada para os profissionais já formados e para aqueles que já estão em efetivo exercício. Nesse sentido, é fundamental que as instituições atentem para a relevância de oportunizar a



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

formação no campo dos Estudos da Tradução e da Interpretação de Língua de Sinais para seus profissionais.

É importante entender que a formação continuada é um aspecto central da qualidade dos serviços oferecidos, especialmente, na conjuntura atual, na qual as demandas da língua de sinais tem aumentado consideravelmente no ensino superior. Nessa perspectiva, a qualificação profissional também é impulsionada por um programa de formação continuada.

Face ao exposto, consideramos fundamental a realização desse debate e a construção de políticas públicas para as pessoas com deficiência no Brasil, pelo que solicitamos apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente requerimento.

Sala da Comissão, em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2016.

Deputada **ERIKA KOKAY – PT/DF**